

A CIDADE E SEUS PATRIMÔNIOS (Textos, Imagens e Sons)

*Marcos A. da Silva**

As administrações municipais, em seu cotidiano de avaliação e interferência nas áreas de sua responsabilidade, elaboram vasta massa documental, que registra os diagnósticos feitos sobre diferentes experiências da comunidade, as propostas surgidas que a elas se referem, os contatos com a população em relação a essas questões e ao dia-a-dia administrativo e à implementação de diferentes políticas.

O destino dessa massa documental, após seu uso imediato pela máquina administrativa (inclusão em relatórios, ilustrações de debates e projetos, registro de cobranças, etc.), tem sido diversificado, abrangendo a preservação dispersa nos mais diversos órgãos de governo (Secretarias, Assessorias, etc.), sua centralização em Arquivos Municipais e lastimáveis destruições de vastos acervos.

Refletiremos sobre alguns núcleos centrais ou periféricos que, nas administrações de dois municípios paulistas (São Paulo e Campinas), têm recolhido registros de demanda da sociedade civil e da ação administrativa em diferentes suportes: textos, fotografias, desenhos, etc. A partir desse balanço preliminar, destacaremos a importância administrativa, política e cultural desses acervos, tendo como horizonte mais geral o incentivo aos administradores municipais para o estabelecimento ou ampliação de Arquivos que garantam sua preservação e o acesso de todos os cidadãos a eles.

Desde já, lembramos que a memória da Administração Pública é um item de extrema importância no sentido de:

a. Registrar diferentes formas de intervenção dos órgãos públicos e seus gestores na relação com as demandas da população e com seu encaminhamento, bem como vozes de diferentes setores da sociedade civil.

* Departamento de História da FFLCH/USP e bolsista do CNPq.

b. Garantir práticas políticas democráticas através do acesso agilizado à informação, contribuindo para uma maior participação da sociedade civil na gestão municipal e pondo ao alcance da população em geral o próprio processo de coleta e circulação de dados e análises no aparelho administrativo.

c. Constituir fonte essencial para a interpretação histórica da Administração Municipal.

d. Configurar parte substancial do Patrimônio Cultural do Município.

Entendemos serem necessárias e urgentes políticas municipais que avaliem a importância da documentação textual e visual produzida no aparelho governamental do município ou sob sua guarda, que pode ser exemplificada em materiais como:

1. fotografias da cidade;
2. plantas de edificações e obras de infra-estrutura, privadas ou públicas (arruamentos, redes de água e esgoto, etc.);
3. pronunciamentos de cidadãos, governantes e dirigentes de órgãos públicos;
4. relatórios e mensagens governamentais;
5. atas de órgãos legislativos ou similares;
6. registro iconográfico de materiais empregados em obras públicas;
7. manifestações de setores da comunidade.

Nossa intenção não é arrolar todos os exemplos empíricos dessa documentação, mas evocar algumas de suas possibilidades. Realizamos um balanço de acervos em Arquivos e outros órgãos culturais e administrativos dos municípios referidos, que passaremos a comentar.

O Arquivo Histórico Municipal da Cidade de São Paulo possui material recolhido sistematicamente até a primeira década do século XX (1912), fruto de coleta realizada na década de 30, pelo então recém-fundado Departamento de Cultura. Documentação posterior a essa data chegou ao Arquivo por vias indiretas, resultante da iniciativa de governantes, particulares ou diretores de órgãos municipais, desvinculada, todavia, de qualquer coleta sistemática no seio do aparelho administrativo. Desse modo, vastíssima documentação se mantém em repartições, preservada (?) precariamente, quando já não sofreu destruições parciais ou totais – em muitos casos, insanáveis.

Deve-se destacar, nesse acervo do AHMCSP, o conjunto de plantas e projetos arquitetônicos que ajuda a pensar a implantação ou expansão de serviços e equipamentos urbanos em São Paulo, particularmente, das três últimas décadas do século XIX e da primeira década deste século, sem esquecer os lotes avulsos de documentos sobre construções mais recentes e a ampla documentação referente aos festejos do IV Centenário de São Paulo (Comissão do IV Centenário).

Há um conjunto que abrange abertura de ruas num período mais amplo (1892/1942), permitindo acompanhar sua distribuição e dinâmica e refletir sobre necessidades urbanas criadas, atendidas e superadas nesse processo. Em sentido paralelo, o lote que diz respeito ao aforamento de terrenos municipais, embora num período mais restrito (1894/1904), possibilita que se reflita sobre a dinâmica de uso do solo naquela conjuntura, configurando áreas urbanas constituídas sob o influxo dessa prática.

Um espaço da administração municipal amplamente contemplado nesse acervo é o de serviços e abastecimento públicos, como se observa nos lotes de plantas de água e esgoto (1892/1902), aquedutos (1906), bocas de lobo (1899, 1900 e 1902), bueiros (1892/1905), calçamento de ruas (1899/1904), Companhia de Água e Luz do Estado São Paulo (1897), Companhia de Gás de São Paulo (1870), Companhia Mogiana (s/d), Depósito de Lixo (1892), Estradas (1885/1899), Forno incinerador de lixo (1893), Higiene Pública-Mictório (1891/1902), Linhas de bonde (1891/1905), Sanitários públicos (1892/1928) e Transporte coletivo (s/d), dentre outros.

O acervo do AHMCSP não se restringe, todavia, a esses âmbitos das atividades urbanas – que, registre-se, já são muito ricos. Ele abrange, por um lado, plantas de outros aspectos da organização da cidade e interferência da gestão municipal, como cemitérios (Araçá, Brás), praças e edifícios públicos. Por outro lado, ele preserva número significativo de desenhos das fachadas e plantas de obras particulares, encaminhados à prefeitura com pedidos de autorização para sua realização, interessante amostragem de padrões estilísticos e, também, de condições habitacionais desfrutadas por diferentes setores da população. No último sentido, as plantas e fachadas de casas para operários (1893/1894, e concursos em datas posteriores) são muito significativas para se avaliar o padrão de vida desse grupo social no momento histórico considerado e o tipo de habitação que, alegava-se, podia lhe ser destinado.

Outros múltiplos aspectos da vida na cidade podem ser avaliados a partir do registro de suas sedes administrativas (inaugurações, reformas), bem como de projetos referentes a comemorações de sua trajetória – é o caso privilegiado da Comissão do IV Centenário, cuja vasta documentação (7.000 processos) se encontra no Arquivo Histórico Municipal da Cidade de São Paulo, ou, numa escala menor, mas também representativa, de outras referências monumentais à memória da cidade, como é possível exemplificar com o Museu Paulista, evidenciando a implantação de um monumento à memória da cidade e do estado de São Paulo como espaços inaugurais do Estado nacional, com a Independência.

Pode-se observar a grande riqueza desse acervo, no que diz respeito à reflexão de administradores e planejadores, num sentido histórico e comparativo. É de se lamentar, todavia, e ainda mais se levarmos em conta a extensão e importância de um

município como o de São Paulo, a situação de descuido no que diz respeito à vasta massa documental situada fora do marco cronológico assinalado (1912), dispersa nos arquivos-mortos de Secretarias Municipais e outros órgãos dessa Administração ou, no caso específico de processos, acumulada em péssimas condições no Arquivo Geral de Processos (depósito municipal do Piqueri).

O exemplo paulistano é ilustrativo para se perceber a necessidade de uma integração orgânica entre a máquina administrativa, seu Arquivo corrente, a constituição de instâncias intermediárias, que processem a seleção para preservação permanente ou descarte, e, na extremidade do processo, o Arquivo Histórico, com suas funções de guarda permanente de parcelas definidas da massa documental gerada pelo aparelho administrativo ou procedente de outras fontes geradoras, mas chegando ao Arquivo Histórico por diferentes vias (doações de particulares) e nele preservada devido à sua relevância para a memória da cidade.

Já indicamos a presença, no AHMCSP, de alguns acervos situados para além do marco cronológico mencionado e que lá se encontram por iniciativa de ex-prefeitos, seus familiares e particulares (Adhemar de Barros, Fábio da Silva Prado, Firmino Pinto, José Pires do Rio, Figueiredo Ferraz, Paulo Salim Maluf, Miguel Colasuonno, Olavo Setúbal), além de importante material doado pelo Escritório Ramos de Azevedo (desenhos de fachadas e plantas), responsável pela edificação de prédios tão marcantes para a cidade quanto o Teatro Municipal, o Mercado Municipal da Cantareira e o Palácio das Indústrias, dentre tantos outros.

As imagens contidas nas coleções referentes àquelas administrações abrangem obras públicas, solenidades e festejos, sendo, evidentemente, de grande peso para o conhecimento de diferentes ângulos na transformação urbana de São Paulo e da própria ação daqueles governantes como representantes de determinados setores da sociedade e avaliadores dos problemas da cidade, implementando determinadas respostas para os mesmos. Apesar desses aspectos, que justificam plenamente a presença do referido material num Arquivo Histórico, é de se lamentar seu caráter fragmentário e descontínuo no que diz respeito à massa documental produzida ou abrigada nos quadros da administração pública paulistana durante aquelas gestões. Assim, os critérios para tais conjuntos de documentos chegarem ao Arquivo Histórico ficaram dependendo apenas da “boa vontade” ou da visão de patrimônio e documentação de cada administrador ou, no caso de doações após sua morte, de suas famílias, louváveis em si, mas insuficientes para darem conta da vasta massa documental disponível e de seu contínuo fluxo no aparelho administrativo municipal.

Outro aspecto a se destacar no funcionamento do AHMCSP quanto às fontes iconográficas (fotografias, plantas, desenhos, etc.) diz respeito à desagregação de blocos

documentais a partir de critérios constitutivos de coleções e acervos nos quadros da Secretaria da Cultura da cidade, da qual, como Divisão do Departamento do Patrimônio Histórico, faz parte aquele arquivo. O DPH possui uma Divisão de Iconografia e Museus, onde funciona um Arquivo de Negativos e um Museu da Imagem da Cidade de São Paulo. Parte do Acervo pertencente a essa DIM tem sido gerada em seus próprios quadros, através de um trabalho de documentação fotográfica da cidade integrado ao projeto geral do DPH. Outra parcela, há cerca de duas décadas, foi extraída do Arquivo Histórico Municipal da Cidade de São Paulo, desfazendo conjuntos documentais (por exemplo: fotografias ligadas a plantas e fachadas), o que é absolutamente reprovável. Esse procedimento também se viabilizou nos quadros de uma ausência de critérios mais sistematizados para a política de documentação municipal, alimentando tanto a dispersão e falta de preservação dos documentos como essa possibilidade de perda de grupos documentais.

Observa-se, no AHMCSP, livre acesso ao material iconográfico e textual, que tem sido consultado escassamente pelos funcionários do próprio aparelho administrativo municipal e muito mais explorado por arquitetos, estudantes de Arquitetura, historiadores, estudantes de História e jornalistas.

A instituição desenvolve um trabalho sistemático de microfilmagem das plantas e um processo de inventário do acervo, extremamente importante para a localização de materiais pelo usuário e para um trabalho regular de difusão do acervo em diferentes modalidades de prestação de serviços à comunidade. Nesse último sentido, vale a pena assinalar um projeto, durante a gestão Luiza Erundina (1989/1992), de publicar coletâneas de documentos reunidos tematicamente e destinados ao uso de professores e alunos de História na rede municipal (e outros espaços similares) de ensino. Cabe ainda lembrar a realização de visitas orientadas de estudantes e outros interessados à sede do Arquivo, procurando desenvolver nos visitantes uma maior consciência da importância administrativa e cultural da instituição, apresentando um apanhado geral do acervo ali reunido e de seu valor para a compreensão da História de São Paulo.

Não tem sido prática habitual dos administradores mais recentes (ou suas famílias), que encaminharam lotes documentais para o AHMCSP, a inclusão de registros orais (gravações de discursos ou entrevistas, por exemplo), mesmo nos casos em que, evidentemente, esse recurso foi largamente utilizado. Há material filmado nesse acervo, resultante de eventos promovidos pelo próprio Arquivo, como foi o caso de atividades desenvolvidas em 1988 sobre “O negro em São Paulo” (maio) e “A imprensa paulista” (outubro).

Quanto ao Arquivo de Negativos do DPH, organizado desde 1935, quando da fundação do Departamento de Cultura, abriga coleções que abrangem materiais produ-

zidos desde o século XIX até imagens elaboradas pelos fotógrafos do DPH a partir de 1975, provenientes do Gabinete do Prefeito ao final de cada gestão.

Essa última característica do Arquivo de Negativos configura uma sistemática de coleta que evita a dispersão ou perda de materiais recentes, mas também significa um grave problema para seu funcionamento que é a necessidade premente (e permanente) de inventariar esses vastos lotes visando à identificação dos mesmos e, com certeza, à definição de uma política de preservação permanente ou descarte que, até agora, não foi implementada, apesar de haver normas para esse fim, definidas no Decreto Municipal 29.745, de 14 de maio de 1991. Tal política é mais urgente tendo em vista que sua ausência compromete o Arquivo, confundindo-o com um depósito infinito de todo material coletado, o que, sem dúvida, compromete a existência de qualquer instituição dessa natureza.

A direção do DPH, no período em que Erundina governou a cidade, desenvolveu um projeto para reagrupar os acervos do Arquivo de Negativos e do Arquivo Histórico, o que contribuiu para corrigir a separação de acervos antes referida. Essa reunião, todavia, precisa ser associada à implantação de uma política de documentação no âmbito administrativo municipal (Sistema de Arquivos, proposto na gestão Erundina), que garanta o fluxo de documentos, de sua produção à definição de seu interesse (ou não) para fins de preservação permanente, associada ao trabalho de difusão dos acervos junto à população.

O Arquivo de Negativos possui uma interessante tradição difusora, particularmente, na organização de mostras sobre aspectos da experiência paulistana, o que inclui as atividades de “Museus de rua”, associando a divulgação à salutar prática da máxima aproximação entre população e acervo.

Outro órgão da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo que abriga significativo acervo iconográfico e oral, embora com um sentido e uma sistemática de coleta distintos da prática arquivística, é a Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Ela possui álbuns fotográficos, plantas e mapas, cartazes, gravuras, desenhos, pinturas e ilustrações na Seção de Artes, vídeos sobre temas variados e fitas cassete registrando atividades ali desenvolvidas – palestras, cursos e apresentações musicais, além do acervo bibliográfico geral. Na medida em que tem caráter institucional diferente de um arquivo, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade depende de aquisições ou doações para a formação de seu acervo. Paralelamente, ela desfruta de condição privilegiada na difusão de suas atividades e coleções, quer pela localização central, quer pela tradição que acumulou, contando com vasto público que é composto por profissionais de diferentes áreas e estudantes de vários graus.

Malgrado a escassez de recursos para a ampliação de acervo, a promoção de atividades e a manutenção ou reforma de suas instalações, a BMMA representa um importante exemplo de reunião, preservação e difusão de um rico acervo iconográfico, distinto, evidentemente, dos materiais gerados no cotidiano administrativo e presentes nos Arquivos, mas mantendo em comum com estes o caráter de agente preservador do patrimônio cultural. Seu exemplo ajuda a melhor compreender como Arquivo, Biblioteca e Museu se iluminam reciprocamente na constituição, preservação e difusão desse patrimônio, desempenhando papéis de grande peso para a administração municipal e a comunidade.

Com um intuito comparativo, motivado pelo caráter de seu acervo, resolvemos apontar alguns aspectos de uma outra instituição não arquivística e alheia ao espaço administrativo municipal: o Museu da Imagem e do Som, órgão da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Seu acervo é vasto e diversificado, proveniente de doações, aquisições e registro de atividades desenvolvidas pela própria instituição. Grande parte desse acervo – em particular, o fotográfico – sofre de falta de inventário e classificação similar àquela observada no Arquivo de Negativos do DPH. Outros de seus materiais (filmes, vídeos, *slides*, fitas cassete, discos, partituras, roteiros de filmes) se encontram em melhor estado de classificação, sendo mais viável o acesso do público ao mesmo. Simultaneamente, vale destacar a importância de uma instituição dessa natureza como forma de reconhecer e institucionalizar os referidos suportes na condição de espaços da criação artística e do registro da experiência social. O público que utiliza esse acervo é constituído principalmente por artistas, professores e estudantes de diferentes graus. Seu peso numa política de patrimônio cultural e artístico que abranja a produção contemporânea é imenso.

O município de Campinas tem uma experiência arquivística com problemas semelhantes aos de São Paulo, malgrado alguns sinais invertidos.

Em primeiro lugar, cabe destacar a situação, simetricamente oposta à paulistana, de funcionamento de um Arquivo Geral da Prefeitura de Campinas e a inexistência de um Arquivo Histórico Municipal. Aquele Arquivo Geral conserva todos os documentos que deram entrada no Protocolo Geral da Prefeitura, evidenciando o relacionamento da população com o aparelho administrativo municipal. Nesses termos, o Arquivo Geral da Prefeitura de Campinas abriga materiais desde fins do século XIX (em especial, a partir de sua última década) até o presente.

A classificação desses protocolos é cronológica, com os documentos subdivididos, até 1965, em Requerimentos e Ofícios de Particulares, Requerimentos e Ofícios de Funcionários da Prefeitura Municipal de Campinas e Assuntos Internos das Secretarias. Atualmente, o critério de subdivisão é a ordem alfabética, havendo séries especiais,

como núcleos habitacionais, pedidos de bolsas de estudos, autuados, inquéritos, concursos e concorrências.

Os materiais iconográficos mais habituais nesse espaço são plantas, inseridas em lotes documentais.

Há um acervo fotográfico preservado pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Campinas, registrando a atuação de Prefeitos e Secretários Municipais a partir de 1969 e, desde a gestão Jacó Bittar, abordando eventos da sociedade civil voltados para diferentes aspectos da gestão municipal (assembléias, greves, movimentos sociais em geral), em fotografia e vídeo. No mesmo sentido, foram gravadas assembléias populares e registrados os discursos de posse do prefeito e seu secretariado. O material encontra-se apenas identificado, sem qualquer classificação geral.

A Biblioteca Municipal de Campinas possui coleções de fotografias sobre a cidade, classificadas tematicamente, que podem ser livremente consultadas pelos interessados. Elas dizem respeito a personalidades locais e a diferentes aspectos da estruturação urbana de Campinas (edificações públicas e privadas, espaços de lazer, etc.).

Comparando essas experiências arquivísticas em São Paulo e Campinas, e levando em conta que abordamos instituições pertencentes às administrações de uma megalópole e uma cidade de grande porte, com equipamentos culturais – em termos brasileiros – os mais refinados, evidencia-se a fragilidade de suas políticas de documentação e arquivo, expressa na indefinição de tratamento a ser dado à documentação nos quadros administrativos. Daí, a situação desses arquivos municipais, que justapõem um riquíssimo acervo a instalações precárias, inseguras e inadequadas (parcialmente sanadas em São Paulo com a transferência provisória para a sede, na Rua Roberto Simonsen, aguardando a projetada sede definitiva no Edifício Ramos de Azevedo), e a dificuldade de localização dos itens ali reunidos.

Queremos salientar a potencialidade administrativa, política e cultural que essas instituições possuem, sua importância nos quadros de uma concepção democrática no trato da coisa pública e a necessidade de sua urgente reestruturação, que servirá não apenas para o desempenho de suas funções administrativas e culturais já implantadas, mas incentivará outros municípios, de igual ou menor porte, a montarem um sistema de arquivos que evite aquelas limitações.

Vale também destacar a necessidade de se fortalecer normas institucionais de funcionamento desses arquivos, garantindo-lhes uma sobrevivência que não se confunda com os interesses específicos de um administrador ou grupo de pressão, preservando, portanto, suas funções e mecanismos de constituição de acervo ao longo de diferentes gestões.

Insistimos sobre a importância da documentação visual e textual, inclusive oral (a última ainda é muito mais rara nos Arquivos Históricos brasileiros, com exceções, como o CPDOC/FGV), tendo em vista a pouca atenção que ainda merecem nos quadros administrativos após seu uso imediato. Isso não significa, evidentemente, atribuir menor importância ao texto escrito. Queremos, apenas, lembrar que nenhuma linguagem é substituída por outra, donde os elementos contidos em fotografias, filmes ou fitas cassete não são dispensáveis pelo fato de haver descrições ou transcrições verbais (escritas). Ao mesmo tempo, é necessário garantir a unidade de conjuntos documentais (desenho, fotografia e texto referentes a uma mesma questão, gerados num mesmo passo reivindicatório ou administrativo, por exemplo), evitando-se a dispersão de lotes.